Globethics Repository



“É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI” ["We need to reinvent democracy up to the twenty-first century"]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-11 01:03:24
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158330

“É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI”

Para o filósofo Sandro Chignola, a despolitização não é o destino do mundo, mas sim a necessidade de pensar e praticar a ação política à altura dos desafios a nossa frente

Por Márcia Junges e Patrícia Fachin / Tradução: Moisés Sbardelotto

Quais os impactos que os dispositivos de poder vêm provocando nas formas de governo da vida humana? Essa e outras questões são respondidas pelo filósofo Sandro Chignola, nesta entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail e publicada no sítio do IHU em 22-09-2014. Estudioso das obras de *Michel Foucault* e Giorgio *Agamben, o filósofo compreende como dispositivos t*udo o que conecta tecnologia e vida, “obtendo daí uma fantasmagoria de identidade do consumo. Celulares, computadores, cigarros... Tudo é um dispositivo”.

Na conjuntura atual também é possível identificar os dispositivos de acumulação do capitalismo contemporâneo, os quais “trabalham diretamente em termos extrativos sobre a vida”. Entre eles, Chignola destaca a especulação financeira, que “extrai valor dos fundos de pensões”; a máquina das patentes que “persegue o genoma” e a própria vida dos sujeitos, que é “posta como valor”. Ele acrescenta: “O que me parece decisivo, na fase da reação capitalista posterior aos anos 1980, é o esgotamento da distinção clássica entre tempo de trabalho e tempo de vida. E as novas instituições de governo neoliberal (a produção do homem endividado de que fala Maurizio Lazzarato; a crise econômica; governo das migrações, por exemplo) parecem-me exibir um traço único. Mas, de novo, nessa direção, têm mais razão aqueles que dizem que o modelo do governo da vida é mais a social-democracia norte-europeia (e a sua perversão neoliberal) que o ‘campo’ – campo de concentração, centro de detenção para clandestinos, zona de proteção nos aeroportos – de que fala Agamben”.

Para Chignola, a política contemporânea é compreendida como uma consequência da *cisão* entre “ser e agir” e, portanto, não se fundamenta no ser. Assim, deste ponto de vista, a política é “pura operatividade, eficácia, mero funcionamento de dispositivos de regulação”. Essa tese, assevera, “pode ser um modo de ler o capitalismo contemporâneo ao lado do direito”, à medida que “cada vez mais, a produção de regras não depende de modo algum das soberanias nacionais. Há uma crescente autopoiese jurídica, como há muito tempo defende Günther Teubner. O direito não traduz nem expressa direitos: funciona como máquina *oikonomika*, puramente tecnológica, para administrar e reproduzir as trocas globais”. E acrescenta: “O que acabou, me parece, é a operatividade dos Estados nacionais e das categorias políticas a eles ligadas: representação democrática, partidos, centralidade dos parlamentos nacionais, territorialidade do direito, etc”.

Sandro Chignola palestrou na última semana na conferência intitulada “A noção de dispositivo em Foucault e Agamben”, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. No encontro, o professor da *Università di Padova* analisou o método filosófico utilizado por Foucault e Agamben, bem como a relevância que o conceito de dispositivo teve para os autores e suas implicações para compreender o modo como os discursos, verdades e novas tecnologias afetam os sujeitos contemporâneos.

Sandro Chignola é professor de Filosofia Política no Departamento de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Psicologia Aplicada na Universidade de Padova – Itália. É autor, entre outros, de História de los conceptos y filosofia política (Madrid: Biblioteca Nueva, 2010). O Cadernos IHU Ideias publicou recentemente o artigo *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* de autoria de Chignola e disponível no link http://bit.ly/ihuid214.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o contexto de surgimento e o significado do conceito de dispositivo em Foucault[1]?

Sandro Chignola – Foucault introduz cada vez mais vezes o termo "dispositivo" nos anos 1970. Anteriormente, ele usava preferencialmente "episteme" ou "positividade". Parece-me que o termo entra no seu léxico quanto mais ele se afasta, em relação aos arquivos da sua análise, da história da filosofia e da história dos saberes, para se aproximar, ao invés, da analítica de poderes pensados como suportes de circulação e de repartição dos espaços e dos atores sociais. Um dispositivo é o que conecta lógicas heterogêneas e formas do discurso marcadas por anonimidade e ligadas a tecnologias. Um dispositivo, talvez se poderia dizer, é o que é formado pelo cruzamento entre uma proveniência e uma posterior derivação de linhas, o ponto em que é possível captar a operatividade específica de um poder.

IHU On-Line – Qual é a peculiaridade do uso de dispositivo na obra de Agamben[2]? Que significado esse conceito tem em seus escritos?

Sandro Chignola – Agamben toma emprestados muitos conceitos do léxico de Foucault nos anos 1990 e, em particular, enquanto trabalha nos livros que compõem *Homo sacer* e aqueles que acompanham a sua obra. Além de "dispositivo", penso nos conceitos de "biopolítica", "biopoder", "arqueologia" ou "arquivo". São todos termos que Agamben, na realidade, usa como próprios, mudando o seu sentido e apropriando-os como instrumentos para pensar em primeira pessoa, segundo aquela *Entwicklungsfähigkeit*[3] dos textos que ele reivindica como próprio princípio metodológico. Ler um texto – neste caso, Foucault – significa, em certo ponto, deixar de interpretá-lo e continuar de outra maneira o trabalho filosófico. Nesse sentido, o uso que Agamben faz do termo "dispositivo" é bastante diferente daquele que Foucault faz. Para Agamben, um dispositivo é o operador de uma seca divisão entre a "vida" e o que a "controla".

IHU On-Line – Qual é a importância desse conceito na obra dos dois filósofos?

Sandro Chignola – Em Foucault é evidente: trata-se de usar o termo para enquadrar genealogicamente diferentes tecnologias do poder e para trazer à tona como um dispositivo nunca será capaz de capturar até o fim as relações às quais se aplica. Para analisar um dispositivo de poder, ele nos diz, devemos sempre nos referir ao que lhe resiste. Isso significa, marxianamente, que a liberdade sempre vem antes do (e depois do) poder que, por um momento, a controla. Em Agamben, a noção, ao invés, me parece, intervém para captar aquela que ele chama de uma "intencionalidade biopolítica fundamental", isto é, a seca partição pela qual a vida nua é separada e incluída na máquina de captura do direito e de um poder cuja verdade é sempre tanatopolítica[4]. Não há muito espaço para a resistência em Agamben, talvez se poderia dizer um pouco secamente.

IHU On-Line – Em que medida o "dispositivo" em Foucault e Agamben se imbrica na problemática do governo da vida?

Sandro Chignola – Para Agamben a relação é clara. A captura da vida segundo o modelo de uma exclusão que, no entanto, a inclui, porque a vida é necessária à própria operatividade do dispositivo, é diretamente funcionar para a definição daquilo que Agamben chama de biopoder. Em Foucault, o termo trabalha também onde o que está em questão não é a "vida nua", mas os corpos ou os gestos singulares e coletivos (como no dispositivo das disciplinas), a sexualidade, a doença mental ou não, mas, sobretudo onde Foucault pensa *in positivo* dispositivos (ou práticas) de livre sujeitamento e não de passivo assujeitamento. Toda a leitura da Antiguidade tardia que ele produz nos últimos anos da sua pesquisa tra-

1 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon119; edição 203, de 06-11-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon203; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em http://bit.ly/ihuon364; edição *343*, *O (des) governo biopolítico da vida humana*, *de 13-09-2010*, *disponível em http://bit.ly/ihuon343*, *e edição 344*, *Biopolitica*, *estado de exceção e vida nua*. *Um debate*, *disponível em http://bit.ly/ihuon344*. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em http://bit.ly/ihuem13, *Michel Foucault*. *Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facolta di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Universitá di Macerata*, *Universitá di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em http://bit.ly/jasson040907. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em http://bit.ly/ihuon236. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em http://bit.ly/ihuon81. (Nota da **IHU On-Line**)

3 ***Entwicklungsfähigkeit*:** Temo alemão para "Capacidade de desenvolvimento" (Nota da **IHU On-Line**).

4 Tanatopolítica: Cálculo que o poder faz sobre a morte (nota da **IHU On-Line**).

balha exatamente em um uso "positivo" das tecnologias do eu...

IHU On-Line – Quais são os impactos fundamentais que o poder desde a Modernidade vem provocando nas formas de governo da vida humana como objeto natural?

Sandro Chignola – Sobre isso, eu não saberia responder com Foucault ou com Agamben. Eu posso dizer o que interessa a mim. Os dispositivos de acumulação do capitalismo contemporâneo trabalham diretamente em termos extrativos sobre a vida. O recente livro de Brett Neilson[5] e Sandro Mezzadra[6] (*Borders as Method*, Duke University Press, 2013) busca analisar, entre outros, exatamente esses mecanismos. A especulação financeira extrai valor dos fundos de pensões, a máquina das patentes persegue o genoma, a vida inteira dos sujeitos é posta como valor. Produzimos riqueza até com um "curtir" no Facebook que clicamos à noite depois do jantar: o valor das ações do Facebook se eleva bruscamente... O que me parece decisivo, na fase da reação capitalista posterior aos anos 1980, é o esgotamento da distinção clássica entre tempo de trabalho e tempo de vida. E as novas instituições de governo neoliberal (a produção do homem endividado de que fala Maurizio Lazzarato[7]; a crise econômica; governo das migrações, por exemplo) parecem-me exibir um traço único. Mas, de novo, nessa direção, têm mais razão aqueles que dizem que o modelo do governo da vida é mais a social-democracia norte-europeia (e a sua perversão neoliberal) que o "campo" – campo de concentração, centro de detenção para clandestinos, zona de proteção nos aeroportos – de que fala Agamben.

IHU On-Line – Como Agamben correlaciona a noção de dispositivo com as tecnologias e os novos modos de subjetivação?

Sandro Chignola – Vou dizer secamente: indeterminando o conceito de dispositivo. A conferência que Agamben dedica a "O que é um dispositivo?" conta entre os dispositivos tudo o que conecta tecnologia e vida, obtendo daí uma fantasmagoria de identidade do consumo... Celulares, computadores, cigarros... Tudo é um dispositivo. Se há algo que aqui se "indetermina", para retomar um vocábulo que ele usa frequentemente em sentido tecnicamente filosófico, é justamente a noção de dispositivo, usada em outros lugares para falar do direito arcaico ou da linguagem. E ele também esvanece a análise do capitalismo e da sua fase atual, que ele, no entanto, evoca sem especificar.

IHU On-Line – Qual é o nexo que une *oikonomia* e dispositivo no pensamento de Agamben?

Sandro Chignola – De novo com Foucault, embora Agamben impute justamente a Foucault o fato de não ter continuado na genealogia do econômico, Agamben trabalha na ideia de uma genealogia específica do fato de governo. *Oikonomia*, na especulação trinitária dos Padres, é traduzida em latim por *dispositio*. Isso ocorre, na verdade, também em Cícero. Deus não é só criador soberano, ele também governa a criação direcionando-a ao seu fim. Atua aqui a distinção entre ser e ação de Deus; entre a unidade de Deus e as Pessoas através das quais se realiza a ação de conservação e de direcionamento ao bem da criação. Essa cisão, entre ser e agir, produz uma pesada herança: a política, a ação não tem fundamento no ser. A política, por isso, é pura operatividade, eficácia, mero funcionamento de dispositivos de regulação. Pode ser um modo de ler o capitalismo contemporâneo ao lado do direito. Cada vez mais, a produção de regras não depende de modo algum das soberanias nacionais. Há uma crescente autopoiese jurídica, como há muito tempo defende Günther Teubner[8]. O direito não traduz nem expressa direitos: funciona como máquina *oikonomika*, puramente tecnológica, para administrar e reproduzir as trocas globais. Mas, para fazer isso, não me parece necessário afastar-se tanto da crise do constitucionalismo e adentrar na teologia política. A discussão entre Schmitt[9] e Peterson,[10] à qual Agamben se remete indubitavelmente, é bastante antiga... E sobre a crescente relevância da administração e da economia, correspondente a um declínio da soberania, já falavam os clássicos da sociologia: um Max Weber,[11] por exemplo...

---

5 **Brett Neilson**: Pesquisador e professor da *University of Western Sydney*, Austrália. Debruça-se sobre o tema da fronteira, circulação de pessoas, pressões populacionais e questões trabalhistas. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Sandro Mezzadra**: Professor na Universidade de Bolonha. Os seus estudos concentram-se na história das ideias políticas e na teoria política. Nos últimos anos, tem-se debruçado sobre a relação entre globalização, migração e cidadania. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Maurizio Lazzarato**: Sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Günther Teubner** (1944): Professor e sociólogo alemão, conhecido por seu trabalho em Teoria Social do Direito, na University of Bremen. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Carl Schmitt** (1888–1985): foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Erik Peterson Grandjean** (1890-1960): teólogo católico alemão. De formação protestante, converteu-se ao catolicismo em 1930, especializando-se em patrística. Ele era um opositor do nazismo e teve uma grande influência sobre muitos teólogos do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em http://bit.ly/ihuon101. De Max Weber o IHU publicou o **Cadernos IHU em Formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo* disponível em http://bit.ly/ihuem03. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Como essa relação entre *oikonomia* e dispositivo resulta numa administrabilidade inclusive da política e no esvaziamento da democracia?

Sandro Chignola – Trata-se daquilo com o qual eu encerrava a resposta anterior. Cada vez mais, a política é pura administração do existente. O direito – produzido segundo o modelo da *lex mercatoria dos* grandes estudos, das *law firms* globais – não tem mais fundamento em uma suposta soberania do cidadão. Aquela que é chamada de *governance* é uma instituição híbrida de pura regulação, na qual se inverte o nexo entre legitimidade e eficiência, como eu pude escrever em outros lugares. A despolitização, no entanto, não é o destino do mundo, da forma como eu vejo. Trata-se de pensar e de praticar a ação política à altura dos desafios que temos à nossa frente. É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI...

IHU On-Line – A partir dessa perspectiva, podemos falar num triunfo da *oikonomia* sobre a política? Por quê?

Sandro Chignola – Acho que posso dizer que depende dos olhos com que se olha para o contemporâneo. Se ficarmos fixados ao passado, já na Bíblia acabamos nos endurecendo em estátuas de sal, não? O que acabou, me parece, é a operatividade dos Estados nacionais e das categorias políticas a eles ligadas: representação democrática, partidos, centralidade dos parlamentos nacionais, territorialidade do direito, etc. No entanto, esse mundo aparentemente pacificado pela mercadoria e pelo consumo é atravessado por contínuos processos de recomposição política de baixo. Por formas de uma política nova. Parece-me que o último Foucault era muito atento aos primeiros sinais disso, quando falava do ingresso em uma época dos "governados". Falar de uma política dos governados – ou seja, do controle e da resistência pela qual os sujeitos, enraizadas como habitantes de um lugar, interessados em um projeto de governo, etc., e não como abstratos cidadãos, se opõem àqueles que exercem a função de governo – tem sentido se assumirmos o sentido *subjetivo* do genitivo. Acredito que essa é uma das coisas a se ter em mente, ao enfrentarmos o presente e as tendências que o atravessam... Está desaparecendo a identificação entre o cidadão e o seu representante, entre a vontade individual e a vontade coletiva, mas cada vez mais o indivíduo governado atua – como consumidor, como corpo sexuado, como habitante de um território em que se decide implantar, não sei, uma produção nociva, como ocupante de casas diante da autoridade municipal – como contrapartida irredutível, envolvida no fato de governo, diante de quem governa.

IHU On-Line – Como o próprio Agamben aponta em "O que é um dispositivo?", a linguagem é o mais antigo dos dispositivos e dele não podemos escapar. Nesse sentido, qual é a pertinência de pensarmos a noção de profanação como um contradispositivo?

Sandro Chignola – Agamben interpreta a linguagem como o mais antigo dispositivo de captura, porque, começando a falar, o homem exclui de si a própria animalidade. Parece-me que essa posição, novamente, faz uma cisão radical entre captura e "vida nua". A mesma do dispositivo de "consagração". "Profanar", no direito romano arcaico, significa remontar a separação pela qual algo ou alguém é confiado em uma esfera particular (a do direito, sobretudo) e levar novamente as coisas ao uso comum. A profanação é a única forma de ação política que Agamben reconhece. Ela é uma outra forma de *des--aplicação* da norma, do direito e dos objetos que este último "consagra": a propriedade, a mercadoria, a soberania. Porém, seria preciso perguntar o que essa des-aplicação significa no plano político. Isto é, como ela pode ser materialisticamente produzida e por quais sujeitos, já que, fora do poder, só permanece vida nua, animalidade impolítica... Politicamente, a posição de Agamben parece-me muito mais fraca do que a de Foucault, mesmo ao pensar a potencialidade de formas-de-vida outras, em relação ao direito e ao seu dispositivo de regulação. Mas talvez seja eu que não entenda bem.

IHU On-Line – Em que medida a assunção de um Ingovernável como ponto de fuga e início de uma nova política estão na base da política que vem e da profanação?

Sandro Chignola – O ingovernável para mim – que, sobre isso, continuo foucaultiano e talvez também marxista demais – é a liberdade. Palavra que eu acredito que Agamben nunca usa literalmente nas suas obras. E eu entendo a liberdade como aquele risco, aquela resistência que o governo deve continuamente atravessar para poder governar. A grande ideia de Foucault é que nenhum dispositivo captura até o fim a liberdade, nem se demonstra capaz de governá-la até o fim... A liberdade – uma liberdade entendida como potência, como materialidade dos interesses e das escolhas individuais, como excedência permanente em relação às transcrições jurídicas formais – é o que os dispositivos de poder buscam constantemente e que, em relação a eles, traça linhas de fuga contínuas. Deleuze tinha entendido isso perfeitamente. Mas eu custo a compreender o que é o ingovernável na perspectiva de Agamben – se não a figura messiânica da inoperosidade de Deus antes e depois da *oikonomia* através da qual ele governa o tempo dos homens; a figura da prisão e da des-aplicação dos dispositivos que deve ser pensada como o que precede e que segue o seu código de funcionamento. Naquilo que ele chama de "o tempo que resta" – todo o tempo antes do retorno do messias e do fim dos tempos – não há espaço para a organização de qualquer resistência, parece-me. Somente, e Agamben diz isso muito bem com Benjamin, o sonho de uma "violência pura" capaz de explodir a dialética entre a violência que põe e aquela que conserva o direito. Uma ação sem sujeito. Uma excedência radical incapaz de constituir-se como uma ação. O modo pelo qual Agamben lê, em *Homo sacer*, o livro sobre o poder constituinte de Antonio Negri me parece muito instrutivo nesse sentido.